

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE
BRASÍLIA – DF

**VALEC - ENGENHARIA,
CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
51402.069759/2014-29**

DATA:17/01/2014

Concorrência Pública nº 004/2013

(Processo nº 51402.030774/2012-15)

CONSÓRCIO FERROVIA SC (Recorrente I), composto pelas empresas: (i) Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia Ltda., devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.748.204/0001-22, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Largo do Arouche, 24, 9º andar, neste ato representada nos termos de seu contrato Social; (ii) GEODATA DO BRASIL LTDA., com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 326, conjunto 84, Bairro Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.793.874/0001-05; (iii) LUME ESTRATÉGIA AMBIENTAL LTDA., com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Ludgêro Dolabela, 700, Bairro Gutierrez, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.213.273/0001-09; (iv) AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Michigan, 561, Brooklin, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.332.778/0001-21; (v) IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA., com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Santos Saraiva, 1964, Bairro de Capoeiras, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.256.172/0001-58; e (vi) TECGEO TECNOLOGIA EM SONDAGENS GEOFÍSICAS LTDA., com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Caminho do Engenho, 210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.946.766/0001-37, devidamente representado por sua empresa líder, PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA LTDA., nos termos de seu instrumento de consórcio registrado sob o nº 01401681 (Doc. 01); e, ainda, **PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA LTDA. (Recorrente II)**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.748.204/0001-22, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Largo do Arouche, 24, 9º andar, neste ato representada nos termos de seu contrato Social (Doc. 02); vêm, respeitosamente, perante V. Exa., dentro do prazo legal e nos termos do item 7.2.1 do Edital de Concorrência de numeração em epígrafe e do art. 109, I, “a” da Lei 8.666/93, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a r. decisão lavrada na Ata de Reunião e Relatório de Habilitação da Comissão Permanente de Licitações datados de 29.07.2013 e 08.09.2014, respectivamente, que acabou

Recebido em: 17/01/14
Horário: 16 h 43 min

3

por inabilitá-la em virtude da “certidão fiscal junto à Fazenda do Estado de São Paulo apresentada constar como vencida”, pelos motivos a seguir expostos:

I. DOS FATOS

1. O Recorrente I, composto pelas empresas consorciadas supramencionadas, credenciou-se no procedimento licitatório em epígrafe, a fim de prestar serviços de “*elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, levantamento aerofotogramétrico e Projeto Básico de engenharia do corredor ferroviário de Santa Catarina, segmento de Itajaí/SC – Dionísio Cerqueira/SC*” para a empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., por meio de sua Comissão Permanente de Licitações.
2. Atendendo ao item 4.1. do Edital (Doc. 3), a Recorrente, por meio de suas consorciadas, apresentou os Documentos de Habilitação necessários.
3. Entretanto, quando da abertura dos envelopes pela Comissão Permanente de Licitações, restou constatada a suposta falta de comprovação da regularidade fiscal da Recorrente II, ou seja, PROGEN, por ter apresentado uma certidão vencida junto a Fazenda do Estado de São Paulo (Doc. 4).
4. Analisando o documento que foi apresentado, de fato, a certidão em comento estava com a data de validade expirada. Entretanto, compulsando a documentação, constata-se facilmente que (i) a 1ª sessão da Comissão Permanente de Licitações – momento em que a documentação foi entregue –, se deu em 29.07.2013; e (ii) a certidão estava vencida há pouco mais de um mês (Doc. 05), demonstrando a boa-fé das Recorrentes.
5. De fato, o que ocorreu foi que a Recorrente II, integrante do consórcio ora Recorrente I, se confundiu e, por um equívoco, juntou a certidão vencida, consoante passamos a demonstrar.
6. Ora, na mesma data de realização da 1ª Sessão da Comissão Permanente de Licitações (29.07.2013), a Recorrente I participou de outra licitação (Concorrência nº 005/2013) para a mesma licitante, ou seja, a própria Recorrida! Veja que na mesma data, esta Comissão Permanente de Licitações da VALEC realizou a 1ª Sessão referente a essa outra concorrência, tendo a Recorrente II apresentado a mesma certidão, só que plenamente vigente (Doc. 06), tendo inclusive se sagrado habilitado o Recorrente I.
7. Não há como negar a boa-fé das Recorrentes, tendo em vista que ocorreu um erro compreensível e plenamente sanável, claramente visível diante dessas informações.
8. Além disso, a certidão em comento é obtida gratuitamente e por meio da internet, ou seja, não há como questionar a regularidade fiscal da Recorrente II por um mero engano, quando ela poderia ter sanado isso rapidamente se tivesse tido a oportunidade de fazê-lo. Aliás, a Recorrente II aproveita para juntar nova certidão, a fim de comprovar sua integral regularidade fiscal, como se pode depreender do Doc. 07.

3

II. DO DIREITO

9. Diante dos fatos esclarecidos, as Recorrentes salientam que o engano de ter sido apresentada uma certidão vencida não se trata de uma irregularidade insanável.

10. Veja que todos os documentos – de todas as empresas pertencentes ao Consórcio – foram devidamente apresentados. Assim, poderia ter sido outorgada a oportunidade para que as Recorrentes sanassem a questão, o que teria sido atendido prontamente.

11. Veja que o item 6.1.2 do edital prevê que é vedada a inclusão de documentos posteriores, o que não se aplica ao caso em tela, já que todos os documentos foram apresentados. Trata-se, no caso, de uma mera regularização de documentos, o que é amplamente permitido pela legislação e por esse mesmo item.

12. Veja que o §3º do artigo 43 da Lei 8666/93, transcrito no item 6.1.2 do Edital, prevê expressamente a possibilidade da própria Comissão efetivar essa regularização. Assim, ao invés da inabilitação por suposta “irregularidade fiscal”, a Comissão poderia ter analisado a certidão via internet, a fim de confirmar o status desta empresa perante o Órgão Estatal.

13. Dessa forma, em que pese deva haver igualdade entre as partes licitantes – como houve no caso concreto – o objetivo dos requisitos do edital não pode ser de criar obstáculos à livre concorrência. Por se tratar – neste caso – de erro amplamente sanável (inclusive pela própria Comissão Permanente de Licitação), deve ser permitida a regularização, a fim de estimular a igualdade entre as partes e, ainda, de possibilitar mais concorrentes para a realização de uma contratação mais vantajosa.

14. Somente para corroborar com tudo o que foi exposto até o momento, cumpre colacionar um entendimento que explana o tema de forma clara:

LICITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO VENCIDA. LICITANTE INABILITADA. POSSIBILIDADE DE CONFERÊNCIA DA VERACIDADE DA INFORMAÇÃO PELA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. IMPETRANTE QUE POSSUÍA O REFERIDO DOCUMENTO REGULARIZADO ANTES DA DATA LIMITE PARA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO E FALTA DE RAZOABILIDADE. ATO ILEGAL. SEGURANÇA CONCEDIDA. REEXAME DESPROVIDO. “não se pode perder de vista que a finalidade precípua da LICITAÇÃO é a escolha da contratação mais vantajosa para a Administração Pública e, para atingi-la, não pode o administrador ater-se à rigorismos formais exacerbados, a ponto de afastar possíveis interessados do certame, o que limitaria a competição e, por conseguinte, as oportunidades de escolha para a contratação”. (ACMS n. 2006.040074-1, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Primeira Câmara de Direito Público, j. 21-6-2007)

III. PEDIDO

15. Face todo o exposto, as Recorrentes requerem desta digna Comissão Permanente de Licitação, o **provimento** do presente Recurso Administrativo, a fim de **reconsiderar** a r. decisão proferida na Ata de Reunião e Relatório de Habilitação da Concorrência nº 004/2013, com

3

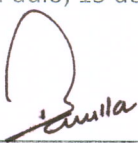
base no item 6.1.6 do Edital e no §3º do artigo 43 da Lei 8666/93, e julgar PROCEDENTES as razões apresentadas, declarando a Recorrente I habilitada no certame em questão, por estar a Recorrente II integralmente regularizada perante a Fazenda do Estado de São Paulo, satisfazendo, por fim, todos os requisitos previstos no Edital.

16. Outrossim, sendo diverso o entendimento de V.Exa., requer seja o presente Recurso, juntamente com os documentos a ele colacionados, remetido ao Diretor Regional para análise e decisão final, nos termos do art. 109 da Lei 8666/93.

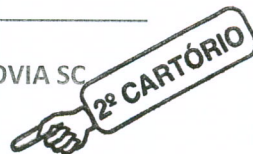
Termos em que

Pede deferimento

São Paulo, 15 de janeiro de 2014



CONSÓRCIO FERROVIA SC



PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA LTDA.

2º

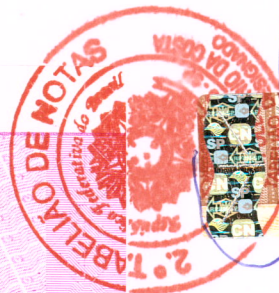
Tabelião de Notas - Gerson F. Olegário da Costa
Rua Rego Freitas, 63/73 - Vila Buarque - São Paulo - SP
CEP 01220-010 - Fone: (11) 3357-8844 - Fax: (11) 3221-0720

Reconheço por semelhança 2 Firma(s) SEM VALOR ECONOMICO de:
EDUARDO MACHADO RARELLA
São Paulo, 16 de janeiro de 2014. Em test. da Verdade.

ALEX LUIS DOS SANTOS - Escrevente

Valor: R\$ R\$ 9,00. Carimbo:1178647

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE QUALQUER EMENDA OU RASURA, ANULA ESTE DOCUMENTO



FIRMA 2

1051AA097378

Carolina de Abreu O. Costa
ESCREVENTE AUTORIZADA